

ITAMAR MOREIRA DOS SANTOS

ESTUDO SOBRE O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – RS: O CASO DA ESCOLA
ESTADUAL RURAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SERRILHADA

DOM PEDRITO/RS

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – unipampa

Educação do Campo-Licenciatura

ITAMAR MOREIRA DOS SANTOS

ESTUDO SOBRE O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – RS: O CASO DA ESCOLA
ESTADUAL RURAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SERRILHADA

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao Curso de Educação do
Campo, com ênfase em Ciências da Natureza
da Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Jonas Anderson S. das Neves

DOM PEDRITO/RS

2022

ITAMAR MOREIRA DOS SANTOS

ESTUDO SOBRE O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – RS: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL RURAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SERRILHADA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Educação do Campo - ênfase em Ciências da natureza.

Dissertação defendida e aprovada em: 18 de Novembro de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jonas Anderson Simões das Neves

Orientador

(Unipampa)

Prof^a Dr^a Carla Valeria Leonini Crivellaro

(Unipampa)

Prof.. Dr. José Guilherme Franco Gonzaga

(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **JONAS ANDERSON SIMOES DAS NEVES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/03/2023, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JOSE GUILHERME FRANCO GONZAGA, PROFESSOR MAGISTÉRIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 13/03/2023, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CARLA VALERIA LEONINI CRIVELLARO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/03/2023, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ITAMAR MOREIRA DOS SANTOS, Aluno**, em 15/03/2023, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1076143** e o código CRC **9903EE71**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S88e Santos, Itamar Moreira dos
ESTUDO SOBRE O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO
DE DOM PEDRITO - RS: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL RURAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL SERRILHADA. / Itamar Moreira dos Santos.

33 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2022.

"Orientação: Jonas Anderson Simões das Neves".

1. Educação do Campo. 2. Escola do Campo. 3. Fechamento de
escolas. I. Título.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Introdução..... | 05 |
| 2. Vivência na Escola do Campo. | 07 |
| 2.1. Relação do município com as Escolas do Campo. | 11 |
| 3. Metodologia..... | 15 |
| 4. Análise dos Resultados..... | 17 |
| 5. Considerações Finais..... | 19 |
| 6. Referências | 21 |
| 7. Anexo: Fotos da Escola Serrilhada. | 22 |

RESUMO:

Este trabalho aborda sobre o fechamento das escolas rurais no município de Dom Pedrito/RS, com análise das situações das escolas do campo, começando com nossas vivências da realidade da Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental Serrilhada, no ano de 2012. Considerando que o direito a educação é garantido a todos os brasileiros, sendo obrigação do estado o cumprimento de sua oferta, buscou-se, ao longo da pesquisa, compreender as múltiplas dimensões e interesses envolvidos nesse processo. Compreender as dimensões e interesses do município em fechar as escolas rurais, não pode ser justificado somente pelos custos de mantê-las em funcionamento, portanto lutar contra o fechamento das escolas do campo também é uma maneira de dar um basta aos grandes latifúndios que aumentam o êxodo rural.

Palavras-chave: Fechamento das Escolas; Direito à Educação; Educação do Campo; Êxodo Rural

RESUMEN

:

Este trabajo trata sobre el cierre de las escuelas rurales en el municipio de Dom Pedrito/RS con un análisis de las situaciones de las escuelas rurales, a partir de nuestras experiencias de la realidad de la Escola Estadual Rural de Ensino Serrilhada Fundamental, en el año 2012. Considerando que el derecho a la educación está garantizado a todos los brasileños, y es obligación del Estado cumplir con su oferta, buscamos, a lo largo de la investigación, comprender las múltiples dimensiones e intereses involucrados en este proceso. Entender las dimensiones e intereses de involucrados en este proceso. Comprender las dimensiones e intereses del municipio en el cierre de las escuelas rurales no puede justificarse sólo por la costes de mantenerlas en funcionamiento, por lo que Luchar contra el cierre de las escuelas rurales es también una forma de acabar con el latifundio que aumentan el éxodo rural.

Keywords: Cierre de Escuelas; Derecho a la educación; Educación de Campo; Éxodo rural

1. INTRODUÇÃO

Desde o processo que ficou conhecido pelo nome de modernização conservadora o campo brasileiro vem sofrendo inúmeras mudanças, especialmente, por um modelo produtivo baseado na concentração de terras e no uso intensivo de agrotóxicos, vinculados ao pacote tecnológico da dita Revolução Verde, o que tem acarretado, entre outras coisas, no aumento do êxodo rural e em sua conseqüente destituição do tecido social rural, do qual constituem parte fundamental as escolas do campo. (PEREIRA, 2012)

Nota-se o alto índice de diminuição das populações do campo, o que tem justificado o fechamento das escolas no entorno das comunidades, processo este acentuado a partir das políticas de nucleações de escolas, o que tem obrigado estudantes e educadores a percorrerem distâncias, cada vez mais longas, em condições precárias, para acessarem aos espaços educacionais. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012)

Na transição do século XX para o XXI, a Educação Rural foi profundamente transformada no Brasil em decorrência dos movimentos sociais no campo e das lutas dos trabalhadores pela terra, contribuindo para a emergência de novas concepções e propostas pedagógicas que privilegiaram a noção de educação “do” campo. Nas lutas pela democratização da sociedade brasileira, foi mobilizada a questão do direito à educação e da educação para a cidadania. Como bem observou Sader (1988), “novos personagens entram em cena”, dentre eles, organizações de povos do campo. (CHALOPA; MORAES, 2022)

Surge a Educação do Campo com a proposta de fortalecer o ensino nas escolas para os povos do campo, com a principal finalidade de manter fortalecida as comunidades rurais e as pessoas ali existentes, que vivem e tiram seus sustentos desse meio.

Sendo assim, pensa-se na mobilização das pessoas por uma Educação do Campo e não mais uma educação para o meio rural. Este é o lugar em que se vive

com dignidade, e que as políticas públicas deveriam alcançar a todos, trazendo melhores condições de vida aos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Este trabalho tem por base nossas vivências e experiências enquanto produtor rural, no terceiro subdistrito de Dom Pedrito, Vacaiqua, em um estabelecimento denominado Rancho da Ladeira, com pecuária familiar de gado de cria e produção de cordeiros. Esta localidade está distante 50 quilômetros da área urbana do município, com estradas de difícil acesso.

Trabalhamos com recursos próprios, sem acesso a nenhuma política pública ou até mesmo financiamento para custeio, tampouco assistência técnica. Dada a importância de tais recursos aos pequenos produtores, bem como considerando que o acesso aos mesmos é negado a estes, questiona-se também se a própria exclusão do acesso a recursos produtivos por parte dos pecuaristas familiares não constituiu parte de um projeto de estado ao qual não somos bem-vindos.

Esse território já possuiu bastante moradores, uma região bem povoada com uma boa vizinhança, constituindo um tecido social vivo e dinâmico que, infelizmente, o êxodo rural fez com que a região ficasse bastante deserta.

Nesse contexto, analisamos as situações das escolas do campo, começando com nossas vivências da realidade da Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental Serrilhada (E.E.R.E.F Serrilhada), no ano de 2012.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral: compreender o processo de fechamento de Escolas do Campo em Dom Pedrito/RS a partir do estudo de caso da Serrilhada e por específicos: I) Estudar o histórico de fechamento das Escolas do Campo em Dom Pedrito; II) Refletir sobre a importância das Escolas do Campo para as populações do campo; III) Analisar os efeitos do processo de nucleação sobre a oferta da Educação do Campo; IV) Descrever possíveis correlações entre o fechamento de escolas do campo e a garantia do direito à educação as populações camponesas.

A escolha do tema surgiu voltada ao campo como um lugar onde há um número significativo de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a luta pelo não fechamento das escolas rurais vista como forma importante para evitar o êxodo rural, mantendo vivo o tecido social rural, com comunidades rurais fortalecidas para

lutarem e exigir do estado o acesso a políticas públicas específicas, dentre as quais a Educação do Campo

Considerando que o direito à educação é garantido a todos os brasileiros, sendo obrigação do estado o cumprimento de sua oferta, buscou-se, ao longo da pesquisa, compreender as múltiplas dimensões e interesses envolvidos no processo de fechamento das Escolas do campo da rede municipal em Dom Pedrito –RS?

O trabalho está organizado em três momentos: primeiro, Referencial Teórico – trata do tema proposto dividido em duas partes: I) Vivências na Escola do Campo e trajetória na Escola Rural de Ensino Fundamental Serrilhada; II) Relação do município com as escolas do campo: fechamento e nucleação das escolas do campo em Dom Pedrito; no segundo, construção da metodologia de forma descritiva com referência de autores que abordam o tema e análise descritiva documental; no terceiro, os resultados obtidos que respondem o problema da pesquis

2. Vivências na escola do campo

A Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental Serrilhada era multisseriada, com ensino do primeiro ao quinto ano, distante 80 quilômetros da sede do município de Dom Pedrito, fazendo fronteira com o Uruguai, onde os territórios estão separados apenas por uma estrada entre os marcos divisórios dos dois países, possuindo uma comunidade bem intensa no outro lado da divisa.

Esse educandário possuía um prédio muito bem construído, com toda infraestrutura para seu bom funcionamento, ampla sala de aula, banheiros individuais, refeitório, secretaria e moradia para o professor.

Na área externa, um amplo espaço contendo quase um hectare de terra com bastante sombras, pracinhas para crianças, quadra de areia de futebol e também uma horta.

Na horta preparamos o plantio de legumes e hortaliças para o consumo da escola, com apoio da comunidade escolar e de vizinhos, embora estes não tendo mais filhos estudando na escola sentiram-se acolhidos passaram a apoiar a escola.

A área a ser plantada foi feita com empréstimo de trator e arado pelo proprietário da granja, cujo pai de um aluno era funcionário.

Nas adjacências da escola, não tínhamos problemas relacionados ao uso de agrotóxico, visto que no lado do Uruguai possuía uma ampla comunidade, enquanto que no lado brasileiro predominavam as estâncias de criação de gado.

Os resíduos sólidos eram queimados ou enterrados, mas havia um projeto para o recolhimento, o qual não sabemos se foi concluído. Em nossa gestão passamos a dar destino ao lixo orgânico na área de plantação e o lixo seco trazíamos para a cidade dando destino correto.

Outro problema era o acesso para as cidades de Dom Pedrito e Bagé, com péssimas condições de estradas e pouco conservadas, com muitos buracos e áreas de alagamento, dificultando o acesso. Já o trajeto da Serrilhada para Rivera, no Uruguai, era feito três vezes por semana, pois as estradas eram bem conservadas e

mantidas pelo governo uruguaio, facilitando assim a vida dos moradores dessa comunidade.

No entanto, os alunos da escola Serrilhada, por morarem todos nas proximidades da mesma não tinham nenhum problema relacionado a frequência escolar. A energia elétrica da escola era fornecida através da subestação da cidade de Bagé.

O abastecimento de água para a escola era através de algibe, onde a água da chuva era colhida das calhas e ali armazenada e distribuída por meio de bombas. Também havia um açúde que servia para abastecer a horta.

A maioria dos moradores desta localidade era trabalhadores e trabalhadoras rurais, havendo um número significativo de aposentados no lado uruguaio.

A biodiversidade no entorno da escola, na grande maioria, era de vegetação rasteira nativa, com árvores centenárias como a Timbaúva.

Em relação ao solo, nota-se a predominância de uma terra preta com porcentagem de saibro, dando uma boa produção no que foi plantado.

Dos seis alunos matriculados na escola, três eram oriundos das cidades de Bagé e Santana do Livramento, e os demais eram moradores com residências fixas na Serrilhada.

O meio de transporte mais usado pela comunidade eram as linhas de ônibus, já quanto ao meio de comunicação e acesso as informações, eram precários do lado brasileiro, não possuindo internet nem linhas telefônicas.

De acordo com Ferreira (2022): “Entretanto, não só de problemas são constituídas. Quando cremos que a escola não é (nem pode ser) um depósito de crianças, mas que deve ser um espaço de convivência, aprendizagem e possibilidades, as escolas do campo são detentoras de uma riqueza extraordinária. Desde a cultura que a sua comunidade carrega até, propriamente, o seu entorno”.

As atividades culturais e festivas estavam restritas ao povoado uruguaio, visto que do lado brasileiro predominavam as estâncias de criação de gado. Todas as

comemorações, festas, gincanas e jogos realizavam-se na escola uruguaia ou em um salão que a comunidade possuía.

Essa comunidade possuía uma infraestrutura bem montada e organizada, com agência bancária, assistência médica e odontológica, mercado, padaria e transporte de boa qualidade, a segurança da comunidade era feita através de um destacamento de polícia estruturado dentro da comunidade.

A escola uruguaia oferecia um *tablet* por aluno, alimentação de qualidade e uniforme. Bem diferente da realidade da escola brasileira, que possuía um número baixo de alunos, especialmente, quando comparado a instituição de ensino do país vizinho.

Os alunos da escola Serrilhada estavam na faixa-etária dos seis aos doze anos, eram provindos das estâncias e lavouras das proximidades, não tinha transporte escolar. Os pais trabalhavam de peões campeiros e na lavoura. Sendo que dois alunos uruguaio estudavam na escola, dado que tinham dupla nacionalidade, optavam pela instituição brasileira por sua maior afinidade ao currículo e as práticas pedagógicas desenvolvidas na E.E.R.E.F Serrilhada.

Naquela época, quando minha companheira era professora na referida escola, não tínhamos como ir e voltar para casa no mesmo dia, então, morávamos na própria escola e, por isso, não tínhamos problemas de falta dos alunos no dia de chuva.

No início, dada a forma como era gerida a escola anteriormente, encontramos uma comunidade distante da escola, mas conseguimos reconstruir, aos poucos, os laços da escola com a comunidade, trazendo de volta os pais para o convívio da mesma, colaborando na infraestrutura e nas comemorações.

Atualmente, essa escola está fechada, desconsiderando possíveis moradores da comunidade que poderiam estar sendo beneficiados com a excelente infraestrutura oferecida. O estado alega que o número de alunos é insuficiente para mantê-la em funcionamento, todavia questiona-se se a relação não seria inversa, ou seja, será que o fechamento da escola não obrigou os potenciais estudantes da mesma a procurarem outras instituições, criando a falsa impressão de que não há demanda? Mais do que isso, se o direito à educação é garantido pela constituição e

dever do estado, questiona-se a própria lógica de abrir ou fechar escolas considerando como critério o número potencial de alunos de uma escola? Qual o custo, em suas dimensões não apenas econômicas, mas sociais, físicas, de saúde, educacionais, de transportar um estudante em condições precárias por incontáveis horas e ao longo de centenas de quilômetros para frequentar a escola, será que essa prática realmente garante o direito à educação ou apenas escamoteia sua negação?

Esses questionamentos já eram por mim carregados quando, em 2017, deu-se o ingresso no curso de licenciatura de Educação do Campo, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito. Este curso nasceu da luta dos movimentos sociais pelo direito à terra e à educação, constituindo uma outra visão do campo e projeto de país, desmistificando a ideia do rural como “lugar de atraso” para pensá-lo enquanto espaço de vida. Vindo a somar com a realidade a qual possuímos dentro do nosso território.

Sendo assim, passamos a compreender melhor e a questionar ainda mais o fechamento das escolas do campo, justificado pelas chamadas nucleações escolares, que o governo coloca como corte de despesas.

2.1 Relação do município com as escolas do campo

O município de Dom Pedrito, conhecido como Capital da Paz, está localizado na região da campanha, fronteira com o Uruguai, onde nas margens direita do rio Santa Maria, no Passo Real, começou sua história com os índios pampianos e a chegada de Pedro Ansoateguy, de apelido Dom Pedrito, entre 1700 e 1750. Sendo fundado em 1872, comemorando este ano 150 anos.

Segundo estimativas do IBGE (2017), Dom Pedrito possui uma área territorial de pouco mais de 5 milhões de quilômetros quadrados; a área agrícola em lavouras de arroz, com área de plantio de mais de 30 mil hectares; lavoura de soja, com plantio de aproximadamente 130 mil hectares; lavouras de milho com 1200 hectares; lavouras de melancia, com área de plantio de 15 hectares; lavoura de melão, com área de 10 hectares.

Também possui área de pecuária com rebanho bovino estimado em mais de 300 mil cabeças; possui um rebanho ovino de, aproximadamente 100 mil cabeças; seguido de uma produção de suínos com cerca de 4 mil cabeças; na piscicultura com produção de carpas e traíras; na produção de leite, com aproximadamente 4 mil cabeças. (IBGE, 2017)

O município de Dom Pedrito possui 38.898 habitantes, sendo que cerca de 4 mil residem na zona rural, formada por assalariados permanentes, que possuem salário fixo com direitos trabalhistas; prestadores de serviços temporários; pequenos proprietários e arrendatários; assentados da reforma agrária; entre outros. (IBGE, 2017)

O setor rural da economia do município tem como principais atividades a pecuária extensiva, o cultivo de arroz e da soja, destacando-se de sua base familiar a ovinocultura tanto para carne, quanto para lã. Ademais, são também importantes a base produtiva rural de Dom Pedrito as produções dos pomares de frutas cítricas, o cultivo de melão, da melancia, do morango, das folhosas, entre culturas voltadas tanto a subsistência dos agricultores quanto a comercialização local em feiras livres ou pequenos mercados.

A baixa densidade demográfica associada às grandes dimensões territoriais do município de Dom Pedrito faz com que as distâncias entre as comunidades da campanha sejam grandes, dificultando ainda mais o acesso aos serviços públicos, destacadamente o acesso cotidiano às escolas.

Para atender a demanda educativa, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC, 2022), atualmente situam-se na zona rural 12 escolas municipais de ensino fundamental, que estão em atividade: Escola Municipal Rural Anna Riet Pinto; Escola Municipal Rural Sucessão dos Moraes; Escola Municipal Rural Pedro Bernardo dos Santos; Escola Municipal Rural Cruz de São Pedro; Escola Municipal Rural Estação Vacaiqua; Escola Municipal Rural Granja do Peral; Escola Municipal Rural Maneco Martins; Escola Municipal Rural Manoela Freire; Escola Municipal Rural Tala; Escola Municipal Rural Ofanda Jacinto; Escola Municipal Rural Rufino Silveira de Sene; Escola Municipal Rural Sepé Tiarajú.

Encontram-se 22 escolas fechadas, sendo estas: Escola Municipal Carlos Coradini; Escola Municipal Condomínio Xavier; Escola Municipal Encruzilhada; Escola Municipal Ernesto Silva Motta; Escola Municipal Espinilho; Escola Municipal Evaristo Gonçalves; Escola Municipal Horácio Rezende Filho; Escola Municipal Lauro Garrastazu; Escola Municipal No Taimbé; Escola Municipal Passo da Pedra; Escola Municipal Passo do Acampamento; Escola Municipal Passo Fundo; Escola Municipal Passo do Salso; Escola municipal Picada das Pedras; Escola Municipal Rita Bitterncourt; Escola Municipal São Sebastião; Escola Municipal Taquarembozinho; Escola Municipal Vacaiqua I; Escola Municipal Vacaiqua III; Escola Municipal Menote Machado; Escola Municipal Lafaiete Almeida; Escola Municipal Wauthier; Escola Municipal Oscar Pholm. (SMEC, 2022)

Sendo o acesso à escola um fator primordial e essencial para que o estudante esteja inserido literalmente no âmbito escolar, vê-se as dificuldades de acesso como um dos fatores de exclusão do direito ao saber escolar das populações do campo.

Para Caldart (2009) apud Santos e Neves (2012): a Educação do Campo nasceu vinculada aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra situação em que se encontravam ampliando o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

Portanto, é de direito dos estudantes uma escola na própria comunidade ou minimamente o acesso a um transporte escolar digno e de qualidade aos povos do campo, nem sempre é assim, com veículos com péssimas condições e muito sucateados sem as mínimas revisões necessárias para a segurança dos alunos e professores que percorrem grandes distâncias até chegarem às escolas nucleadas.

A partir da década de noventa, a nucleação escolar intensificou-se, pois neste período as reformas educacionais da educação básica regidas pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, priorizaram o ensino fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e o fortalecimento do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) (GONÇALVES, 2010).

A realidade das escolas do campo é bastante precária, dadas as dificuldades pelas quais passam as comunidades rurais existentes em nosso município, pois muitas são de difícil acesso e outras com poucos moradores, o que dificulta o acesso e permanências das crianças nas escolas. Esta realidade vem se agravando de muitos anos atrás, tendo seu ponto máximo nos dias de hoje, quando a região da campanha está cada vez mais esvaziada.

Nestes termos, se torna cada vez mais urgente exigir que os governantes deem a merecida atenção aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para que possam permanecer em seus territórios com seus filhos e filhas, tendo acesso a escolas dentro de suas comunidades evitando, assim, as nucleações escolares com suas grandes distâncias que dificultam ainda mais o processo de ensino/aprendizagem.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional garante o direito à educação, conforme o artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Desse modo, sendo o campo um lugar onde há um número significativo de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a luta pelo não fechamento das escolas rurais vista como forma importante para evitar o êxodo rural, mantendo vivo o tecido social rural, com comunidades rurais fortalecidas para lutarem e exigir do estado o acesso a políticas públicas específicas, dentre as quais a Educação do Campo.

Da mesma forma, embasados nos referenciais da Educação do Campo, entendemos o campo como espaço de vida e de produção de alimentos saudáveis, neste sentido é fundamental garantir aos trabalhadores o acesso a terra e também as demais dimensões necessárias a constituição de condições dignas de vida, tais como o acesso a educação, a saúde, ao lazer, etc.

Nesse sentido, para que o campo e as formas familiares de produção possam continuar garantindo a sociedade brasileira o acesso a alimentos, faz-se necessário tanto garantir as condições para que vivam e produzam na terra, quanto

que este processo tenha continuidade, com a manutenção dos jovens no campo, sendo a oferta do ensino de qualidade uma condição necessária para isso.

Ao contrário da perspectiva predominante da sociedade atual, que associa o campo moderno a pseudo-categoria do agronegócio, caracterizado pelo uso de agrotóxicos e implementos agrícolas, adquiridos com subsídio público em enormes extensões de terra das quais a própria origem também é duvidosa e que trata as formas tradicionais e camponesas de agricultura como espelho de atraso, acreditamos na Reforma Agrária Popular e na Agroecologia como requisitos para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável para o país, onde o campo não seja apenas espaço de produção, mas também lugar de vida e de produção de alimentos, para o que é fundamental a existência das escolas do campo.

Em questão de estarmos num curso voltado para o campo e também por ser um pequeno produtor rural, ressalta-se a importância do não fechamento das escolas rurais para permanência das famílias em suas áreas rurais.

Assim, este trabalho contribuirá para melhor compreensão do processo de fechamento de escolas, servindo também de subsídio à luta de defesa da Educação do Campo.

3. METODOLOGIA

A construção da metodologia deu-se a partir do estudo de caso sobre a escola Serrilhada, pela qual definiu-se o objeto de estudo: o fechamento e/ou nucleações das escolas rurais do município.

Segundo Gil (2007): o estudo de caso é um estudo aprofundado sobre objetos que podem ser um indivíduo, uma organização, um grupo ou um fenômeno e que pode ser aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento.

A metodologia utilizada foi a análise descritiva documental, com aporte de revisão bibliográfica, a partir da leitura de artigos que deram suporte para o desenvolvimento desse trabalho; e análise de documentos sobre as escolas do campo em Dom Pedrito, a fim de melhor compreender os processos envolvidos no fechamento e na continuidade, sempre provisória, das escolas do campo.

Segundo Gil (2007), a pesquisa documental diferencia-se da pesquisa bibliográfica por utilizar: a) material que não recebeu, ainda, nenhum tratamento analítico, como documentos arquivados em órgãos públicos e organizações privadas; b) documentos como relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, relatórios de empresas etc. O autor cita algumas vantagens e desvantagens da pesquisa documental.

Entre as vantagens na utilização da pesquisa documental, estão: documentos que são fonte de dados rica e estável; baixo custo; não se exige contato com os sujeitos da pesquisa. Como desvantagem: subjetividade e não-representatividade dos documentos. (Gil, 2007)

A pesquisa foi do tipo qualitativa, constituindo assim:

Uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. Aborda temas que não

podem ser quantificados em equações e estatísticas.
(<https://www.significados.com.br/pesquisa-qualitativa>)

Os resultados obtidos para responder a questão problema, que envolve o tema proposto foi feito através de conversa com a professora, que atuava no campo, no ano de 2012 e também, via WhatsApp, com a coordenadora das escolas do campo da 13ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), que estava a frente da pasta na época.

Os questionamentos envolveram as consequências do fechamento da escola e como isso afetou na vida dos alunos da comunidade da Serrilhada.

Foi feita a análise descritiva simples dos dados das escolas do campo presentes no município, de acordo com a Secretaria da Educação e Cultura (SMEC) do município. Os dados foram analisados na busca de solucionar o não fechamento das escolas municipais do campo no município de Dom Pedrito/RS.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As respostas das conversas com a professora e com a coordenadora da 13ª CRE, contribuíram à escrita dos relatos para melhor compreensão do processo de fechamento de escolas do campo, bem como de suas implicações na garantia do acesso ao direito à educação por parte das populações do campo.

Quanto ao número de alunos durante a trajetória da escola no ano de 2012, eram 6 em uma sala multisseriada, ou seja, a professora atendia do primeiro ao quinto ano. Dependendo do conteúdo a ser trabalhado a aula contemplava todos os alunos.

Segundo Parente (2014): “a escola multisseriada, como opção de organização que atende um número reduzido de sujeitos, num espaço pequeno e com poucos profissionais, pode ser caracterizada como política de democratização do acesso à educação, ainda que tenha relegado a segundo plano as necessárias opções pedagógicas”.

Com relação ao fechamento da escola, a professora respondeu que houve o encerramento de suas atividades e não o fechamento da escola, pois teve que retornar à cidade para concluir a faculdade e foi transferida para duas escolas estaduais urbanas, com carga horária de quarenta horas.

A coordenadora relata que com a saída da professora veio outra, mas ficou por pouco tempo. Havia poucos alunos ali na comunidade e estes iriam estudar na escola do Uruguai, também alega a dificuldade do professor para ficar na escola durante toda a semana, visto por ela como grande problema.

Ainda ressalta que atualmente a escola encontra-se fechada, pois foram retirados todos os móveis e materiais e que só voltaria a abrir se houvesse demanda, mas não houve. Os governos fecham e encerram atividades de muitas escolas do campo, a partir daí. É complicado, mas é a realidade.

De acordo com Cordeiro (2012):

“consideramos a nucleação escolar um processo no qual escolas, urbanas ou rurais, são fechadas ou etapas de ensino são desativadas e os alunos desta comunidade escolar são transferidos para outras escolas, algumas vezes nomeadas de escolas núcleos ou escolas pólos, na maioria das vezes localizadas em uma área central. Este processo configuraria a nucleação escolar, sendo que a maioria das escolas fechadas é rural e muitas vezes as escolas para onde os alunos são transferidos são urbanas. ”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das vivências adquiridas ao longo do tempo, acompanhando a situação das escolas rurais do município de Dom Pedrito desde o ano de 1982, muito pouco mudou nesse contexto.

Nessa época era comum os professores rurais residirem nas escolas, favorecendo em muito a permanência dos alunos nas suas respectivas comunidades.

Sabe-se que as nucleações inseridas ao longo do tempo favorecem em muito o esvaziamento de muitas comunidades de trabalhadores e trabalhadoras do campo, aumentando o êxodo rural.

O processo da nucleação alterou a maneira de viver das famílias, pois seus filhos percorrem grandes distâncias, muitas vezes em veículos de péssima qualidade e más condições de conservação para chegar à escola, afetando o ensino/aprendizagem.

O horário que saem de suas casas é muito cedo, prejudicando o próprio sono e, por consequência, a concentração em sala de aula.

Existe uma lei que garante o não fechamento das escolas do campo, Lei 12.960 de 27 de março de 2014, que infelizmente nem o estado, nem os municípios cumprem, influenciando o dia a dia de muitas famílias que residem no campo.

Sabe-se que escolas rurais de alguns anos atrás não tinham condições de infraestrutura e moradia, entretanto, nos dias de hoje, não se justifica a sequência do fechamento das mesmas, na grande maioria, os prédios são de ótima qualidade, com toda a infraestrutura e, até mesmo, com local de moradia para os professores.

A saída dos moradores do campo é extremamente preocupante, visto que o município de Dom Pedrito é o quinto maior em extensão rural do estado.

Portanto, é de grande importância que haja uma reformulação na forma de ensino para as escolas do campo, de maneira que tenha o Ensino Fundamental completo em todas as localidades e não só nas escolas nucleadas, desta forma fica

garantido, por mais tempo, que os alunos permaneçam em suas comunidades junto de sua família.

O afastamento dos estudantes do local onde estudam para a zona urbana é extremamente prejudicial, já que em muitos casos, perdem o apoio da família, que é de grande importância nessa fase de suas vidas.

Compreender as dimensões e interesses do município em fechar as escolas rurais, não pode ser justificado somente pelos custos de mantê-las em funcionamento, tem que ser levado em conta o direito à educação, que não pode ser negado a ninguém. Deve-se fazer cumprir as leis e manter as mesmas em funcionamento, para que se perceba uma realidade melhor dos alunos do campo e suas famílias.

Lutar contra o fechamento das escolas do campo também é uma maneira de dar um basta aos grandes latifúndios que aumentam o êxodo rural.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei das Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96.**

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; MORAES, Agnes Iara Domingues. **200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação.** Belo Horizonte: Minas Gerais, 2022.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. **O Processo de Fechamento de Escolas Rurais no Estado do Rio de Janeiro: a nucleação escolar analisada a partir da Educação do Campo.** Uberlândia:MG, 2012.

FERREIRA, Eduardo
<https://www.dialogosviagenspedagogicas.com.br/blog/escolas-rurais-ou-escolas-do-campo>, acesso 14/10/2022

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, G. B. B. Nucleação das escolas Rurais. In: OLIVEIRA, D. A. ; DUARTE, A. M. C. ; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profiçãõ e condiçãõ docente.** Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira, CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In. CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** SP/RJ: Expressão Popular, 2012.

PARENTE, Claudia da Mota Darós. Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro, **SciELO**, 2014.

PEREIRA, Monica Cox de Brito. Revolução Verde. In. CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel, ALENTEJANO, Paul FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** SP/RJ: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Edinéia Oliveira dos; NEVES, Marcia Luzia C. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: reflexões e proposições. Entrelaçando: revista eletrônica de cultura e educação.** n. 6, v. 1, 2012.

SMEC Dom Pedrito, 2022.

<https://www.ibge.gov.br>, 2017.

<https://www.significados.com.br/pesquisa-qualitativa> s/d.

ANEXO

FOTOS DA ESCOLA SERRILHADA













